



Promotoria Regional do Meio Ambiente de Joaçaba

**Curadoria Regional do Meio Ambiente**

**Inquérito civil n. 06.2012.00002925-5**

**Investigado: Município de Vargem Bonita**

**Assunto: Apurar a forma e a eficiência do modelo adotado pelo Município de Vargem Bonita para coleta e separação dos resíduos sólidos domésticos.**

### **TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

O **Ministério Público do Estado de Santa Catarina**, representado, neste ato, pela Promotora de Justiça Substituta em exercício na Promotoria Regional do Comarca de Joaçaba, Márcia Denise Kandler Bittencourt, doravante designado **COMPROMITENTE**; e o **Município de Vargem Bonita**, pessoa jurídica de direito público, representado neste ato pela sua Prefeita, Sra. Melânia Aparecida Roman Meneghini, acompanhada do Assessor Jurídico do Município, Dr. Gustavo Henrique Perin, OAB/SC n. 45.267 doravante designado **COMPROMISSÁRIO**;

**CONSIDERANDO** a legitimidade do Ministério Público para a defesa dos interesses metaindividuais prevista no art. 129, inciso III, da Constituição da República e art. 5º da Lei n. 7.347/85;

**CONSIDERANDO** a possibilidade de o Ministério Público tomar compromisso de ajustamento de conduta, com fundamento no § 6º do art. 5º da Lei n. 7.347/85;

**CONSIDERANDO** que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (art. 225, caput, da Constituição da República);

**CONSIDERANDO** o preceito contido no § 3º do art. 225 da Constituição Federal, que estabelece que as condutas lesivas ao meio ambiente



Promotoria Regional do Meio Ambiente de Joaçaba

sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, às sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados;

**CONSIDERANDO** que por força do art. 30, inciso V, da Constituição Federal, incumbe aos Municípios “organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial”;

**CONSIDERANDO** que o art. 10 da Lei 12.305/10 dispõe que incumbe “aos Municípios a gestão integrada dos resíduos sólidos gerados nos respectivos territórios, sem prejuízo das competências de controle e fiscalização dos órgãos federais e estaduais do SISNAMA, do SNVS e do SUASA, bem como da responsabilidade do gerador pelo gerenciamento de resíduos, consoante o estabelecido nesta Lei.”;

**CONSIDERANDO** que o art. 18, § 1º, II, da Lei 12.305/10 incentiva os municípios a “implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda”;

**CONSIDERANDO** que a gestão integrada de resíduos sólidos implica em um “conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável”;

**CONSIDERANDO** que são princípios da política nacional de resíduos sólidos a visão sistêmica, na gestão dos resíduos sólidos, que considere as variáveis ambiental, social, cultural, econômica, tecnológica e de saúde pública; o desenvolvimento sustentável; o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania;

**CONSIDERANDO** que o disposto no art. 18, § 1º, II, da Lei 12.305/10, expressamente estabeleceu a necessidade de plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, como também que o trabalho dos



Promotoria Regional do Meio Ambiente de Joaçaba

catadores nesta coleta, dar-se-á por intermédio de cooperativas e/ou associações;

**CONSIDERANDO** que o mesmo dispositivo (art. 18, § 1º), em seu inciso I, permite que os Municípios optem “por soluções consorciadas intermunicipais para a gestão dos resíduos sólidos, incluída a elaboração e implementação de plano intermunicipal”, hipótese em que esse plano poderá substituir o plano municipal de gestão de resíduos sólidos (§ 9º do art. 18 da Lei 12.305/10);

**CONSIDERANDO** que a Lei 12.305/10 determinou a elaboração dos Planos Municipais como condição de acesso a recursos da União destinados a serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos “ou para serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade” (art. 18), dispositivo em vigor a partir de agosto de 2012 (art. 55);

**CONSIDERANDO** que a Lei 12.305/10 detalhou o conteúdo mínimo a ser observado pelos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos no art. 19;

**CONSIDERANDO** que o art. 36 da mencionada normativa federal prevê que cabe ao titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, observado, se houver, o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, adotar procedimentos para reaproveitar os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis oriundos dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, bem como estabelecer sistema de coleta seletiva, implantar sistema de compostagem para resíduos sólidos orgânicos e articular com os agentes econômicos e sociais formas de utilização do composto produzido;

**CONSIDERANDO** que essa disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos deverá ser implantada em até 4 (quatro) anos após a data de publicação da Lei n. 12.305/2010 (art. 54);

**CONSIDERANDO**, enfim, as funções institucionais do



Promotoria Regional do Meio Ambiente de Joaçaba

Ministério Público, dentre as quais se destaca a legitimação ativa para a defesa judicial e extrajudicial dos interesses relacionados à preservação do meio ambiente, podendo subscrever, para tanto, com os interessados, Termos de Compromisso de Ajustamento de Condutas;

**CONSIDERANDO** que, segundo consta do Inquérito Civil n. 06.2012.00002925-5, o Município de Vargem Bonita, apesar de ter elaborado seu Plano Municipal de Gestão de Resíduos Sólidos ainda no ano de 2013, até o momento não implementou as ações nele previstas, de modo que a urbe está desprovida do serviço de coleta seletiva de resíduos sólidos;

**CONSIDERANDO**, portanto, a necessidade de se adequar a situação representada;

**RESOLVEM** celebrar o presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, a fim de que sejam adotadas as medidas destinadas a adequar a gestão municipal de resíduos sólidos à Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos, de acordo com as cláusulas e condições que seguem:

## **CLÁUSULA PRIMEIRA**

### **DO OBJETO**

Constituem os objetos do presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta:

**1.1** Estabelecer as ações e procedimentos necessários à implementação dos princípios, objetivos e instrumentos da política nacional de resíduos sólidos, fixando cronograma de execução para implementar a coleta seletiva de acordo com a Lei Federal n. 12.305/2010, com o Decreto Federal 7.404/10 e com o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos;

**1.2** Atualizar e efetivar o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.



Promotoria Regional do Meio Ambiente de Joaçaba

## **CLÁUSULA SEGUNDA**

### **DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO**

**2.1** O Município compromete-se a revisar, no prazo de 12 (doze) meses, contados da assinatura do presente termo, o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, objetivando estabelecer ações e procedimentos necessários à implementação dos princípios, objetivos e instrumentos da política nacional de resíduos sólidos.

**2.2** O Município compromete-se a, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir do término do prazo anterior (cláusula 2.1), encaminhar o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos revisado para aprovação pela Câmara de Vereadores do Município de Vargem Bonita.

**2.3** O Município compromete-se a implementar, no prazo máximo de 12 (doze) meses contados do término da cláusula anterior (cláusula 2.2), a coleta seletiva, bem como a manter os pontos de entrega voluntária - PEVs - para entrega de materiais reutilizáveis e recicláveis em toda a urbe.

**2.3.1** A implementação prevista no item acima (2.3) poderá ser realizada de forma progressiva, conforme cronograma e detalhamento previsto no Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, devendo a coleta abranger, nos primeiros 12 (doze) meses, ao menos 50% (cinquenta por cento) da área urbana.

## **CLÁUSULA TERCEIRA**

### **DA MULTA E DA EXECUÇÃO**

**3.1** A inexecução de quaisquer dos prazos e obrigações fixados no presente compromisso, exceto por motivos de força maior ou caso fortuito formal e devidamente justificados pelo signatário ao Ministério Público Estadual, facultará a este, decorridos os prazos previstos, a iniciar a imediata execução do presente Termo, sem prejuízo da responsabilização administrativa e criminal.

**3.2** O descumprimento de quaisquer das cláusulas anteriores, exceto por motivos de força maior ou caso fortuito, formal e devidamente justificados ao Ministério



Promotoria Regional do Meio Ambiente de Joaçaba

Público Estadual, sujeitará o inadimplente, na medida de sua responsabilidade, ao pagamento de multa diária correspondente a R\$ 1.000,00 (mil reais).

**3.3** A multa será recolhida ao Fundo para Reconstituição dos Bens Lesados do Estado de Santa Catarina, mediante a expedição de boleto a ser retirado diretamente na 1ª Promotoria de Justiça de Joaçaba.

**3.4** A multa será exigida independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, estando o compromissário constituído em mora com o simples vencimento do prazo fixado.

**3.5** Além do pagamento da multa, o descumprimento ou violação de quaisquer dos compromissos assumidos facultará o protesto e a execução do presente termo de compromisso de ajustamento de conduta, que equivale a título executivo extrajudicial, ou então o aforamento de Ação Civil Pública, a critério do Ministério Público.

## **CLÁUSULA QUARTA**

### **DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS**

**4.1** O Ministério Público compromete-se a não adotar nenhuma medida judicial cível relacionada ao convencionado no presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta contra o compromissário caso cumpra integralmente o avençado.

**4.2** Os parâmetros pactuados no presente Termo não eximem as partes do cumprimento das exigências judiciais determinadas, ainda que de modo cautelar, em ações civis já propostas e em tramitação, bem como em procedimentos extrajudiciais já instaurados.

**4.3** Este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão público, nem limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

**4.4** A atual Prefeita Municipal, subscritora do presente termo, compromete-se em



Promotoria Regional do Meio Ambiente de Joaçaba

notificar formalmente seu sucessor quanto aos termos ora pactuados, remetendo cópia da documentação correspondente ao Ministério Público (Promotoria Regional do Meio Ambiente de Joaçaba) no prazo de 20 (vinte) dias após a efetivação da transmissão, ficando o sucessor também responsável pela mesma medida, em caso de nova sucessão enquanto perdurar o cumprimento deste pacto.

**4.5** O presente ajuste entrará em vigor na data da sua assinatura.

**4.6** Este acordo tem eficácia de título executivo extrajudicial, na forma do § 6º do art. 5º da Lei n. 7.347/85 e do art. 784, inciso XII, do Código de Processo Civil.

Por estarem compromissados, firmam este **TERMO**, em 3 (três) vias de igual teor.

Fica, desde logo, **cientificado** o compromissário de que este Inquérito Civil será arquivado em relação ao signatário e de que a respectiva promoção de arquivamento será submetida ao Conselho Superior do Ministério Público, conforme dispõe o § 3º do artigo 9º da Lei n. 7.347/85 e o artigo 49 do Ato n. 395/2018/PGJ.

Joaçaba, 13 de maio 2019.

*(Assinado digitalmente)*

Márcia Denise Kandler Bittencourt  
Promotora de Justiça

Município de Vargem Bonita  
Compromissário  
Melânia Aparecida Roman Meneghini  
Prefeita Municipal

Dr. Gustavo Henrique Perin  
OAB/SC n. 45.267  
Assessor Jurídico do Município de Vargem Bonita